

AGROINDÚSTRIAS RURAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR: UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS?

Sônia Maria P.P. Bergamasco¹

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida²

Resumo: Os caminhos deste trabalho estão articulados ao percurso de análise dos projetos agroindustriais familiares nos contextos dos assentamentos rurais, sendo que o objeto de nossa reflexão reporta-se a uma temática de investigação bastante recente na literatura especializada no Brasil, qual seja, a da valorização dos espaços locais e da capacidade de ação dos agentes aí presentes nos processos de geração de alternativas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Estas iniciativas constituem redes de segurança alimentar tratadas da maneira ampla e são apontadas como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais, econômicas e ambientais desfavoráveis do meio rural. O objetivo principal do trabalho não é de apresentar um estudo de caso e sim uma proposta metodológica para investigação das aplicabilidades, eficácias, entraves e aperfeiçoamentos das agroindústrias familiares que estão formando redes de relacionamento em assentamentos rurais. Até o momento, essas políticas não contam com um modelo concreto de avaliação e aperfeiçoamento. Essa carência está acontecendo em todos os estados. Assim, este artigo constitui o primeiro esforço de reunir indicadores de avaliações das eficácias e de aprimoramento dessa política pública.

Palavras-Chave: Segurança Alimentar; Agroindústrias Familiares; Políticas Públicas.

Abstract: The strengths of this paper are articulated to the analysis' course of family agro-industrial projects in the contexts of rural settlements; given that

¹Professora da Unicamp.

²Professor da UFG e docente do programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

the subject of our reflection is related to a latest thematic of investigation on Brazilian specialized literature about local sites assessment and agents' action ability which is presented within those processes to generate alternatives for economic, social, and environmental development. Such initiatives establish with great deal food safety nets and they are stated as one of the alternative to revert the social, economic and environmental non-favorable consequences on the agricultural resources. The main objective of the study is not to present a case study but a methodological proposal to investigate the applicability, effectiveness, barriers, and improvements on the family agro industries that are establishing relationship nets in rural settlements. As to the evaluation and improvement, these policies do not have any fixed pattern to be followed until now. This lack can be noticed in all Brazilian States. Thus, this article constitutes the early effort to congregate evaluation indicators for the effectiveness and improvement of this public policy.

Keywords: *Food Safety; Family Agro-industries; Public Policies.*

Introdução

Entende-se agroindústria como uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção através da execução de tarefas de pós-produção, como a seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, empacotamento, transporte e comercialização de produtos agropecuários.

A comercialização das agroindústrias rurais de agricultores familiares, onde se incluem os assentamentos, vem se desenvolvendo de forma ainda empírica e as alternativas adotadas por unidades mais inovadoras neste campo são estratégias na marcha para superar os múltiplos problemas encontrados na venda dos produtos agropecuários. Apesar de não terem acesso aos sofisticados métodos de informação sobre os mercados, os agricultores familiares intensificam a comercialização de seus produtos como um elemento chave que se relaciona com a satisfação do consumidor e com o tipo de produto. A maioria desses produtores, por suas características próprias, não se inserem facilmente em uma economia formal de mercado funcionando dentro de circuitos comerciais locais, muitas vezes, pouco conhecidos. Há uma grande heterogeneidade nestes procedimentos, encontrando-se desde a venda na própria casa, entre os vizinhos, em feiras locais, na beira das estradas ou ainda entregues aos intermediários até a inserção em circuitos mais modernos de comercialização. Dentre estes, encontram-se agricultores inseridos em canais de exportação, principalmente através de comércios alternativos ou comércio justo, por meio de

certificação, selos de qualidade ou denominação de origem.

Em geral, as agroindústrias utilizam os produtos originados dos próprios assentamentos e geram canais de comercialização em nível local e/ou regional, constituindo redes locais onde os atores individuais ou coletivos buscam um conjunto de recursos de poder nas mais diferentes dimensões (econômica, institucional, ambiental, política, jurídica, tecnológica, organizacional, social e simbólica). Portanto, tanto na esfera local quanto na regional, há um grande número de atores (individuais, coletivos, locais, regionais, estaduais etc.) que interagirão entre si segundo os seus recursos de poder. Os diferentes atores podem estar representados pelos assentados, pelas formas de organização (sindicatos, associações, cooperativas), pela estrutura da produção e sua agregação de valor (canais de comercialização, agroindústrias), pelo mercado consumidor, por agentes governamentais, dentre outros.

Estas iniciativas constituem redes de segurança alimentar tratadas da maneira ampla e são apontadas como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais, econômicas e ambientais desfavoráveis do meio rural. Impulsionam a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovem a sua (re) inclusão social e econômica dentro deste modelo econômico atual e viabilizam a inserção desses agricultores na dimensão ambiental, priorizando a agroecologia e implementando mecanismos de gestão ambiental para a produção primária e secundária.

O objetivo principal do trabalho não é de apresentar um estudo de caso e sim uma proposta metodológica para investigação das aplicabilidades, eficácias, entraves e aperfeiçoamentos das agroindústrias familiares que estão formando redes de relacionamento em assentamentos rurais. O desenvolvimento deste trabalho se justifica pelo crescimento dos programas das agroindústrias familiares no Brasil.

No entanto, até o momento, essas políticas não contam com um modelo concreto de avaliação e aperfeiçoamento. Essa carência está acontecendo em todos os estados. Organismos responsáveis por tais políticas públicas, como o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal, as secretarias de governos estaduais e as próprias prefeituras municipais não apontam para a emergência deste tipo de metodologia e, conseqüentemente, de diagnóstico. Assim, este artigo constitui o primeiro esforço de reunir indicadores de avaliações das eficácias e entraves e apresentar caminhos metodológicos de investigação dessa política pública.

O presente trabalho foca, justamente a lacuna existente nos ambientes gestores (federal, estaduais e municipais) dessas políticas públicas, apoiando-se na premissa de que é necessário avançar para uma nova fase do desenvolvimento das políticas de segurança alimentar no país. Parte da premissa de que entraves institucionais e organizacionais geram disfunções e comprometem a eficácia das redes agroindustriais

familiares nos assentamentos rurais porque as redes de relacionamento não progridem a partir de determinado elo ou momento.

Esses entraves podem advir de diferentes ações, tanto internas quanto externas. No caso de entraves institucionais e organizacionais para o campo, podem ser exemplos relevantes, as carências de investimentos e créditos públicos para que os produtores possam aplicar em infra-estrutura (como construções de casas, compra de sementes e insumos, montagens de unidades de beneficiamento etc.), o pequeno conhecimento técnico e humano por parte dos agentes da produção frente a uma determinada maneira de cultivo ou a um determinado processo de beneficiamento de matérias-primas, dificuldades de relacionamento entre os assentados e os atores públicos e privados locais, os baixos níveis de educação e associativismo no campo, baixo nível de informação do agricultor referente a procedimentos que devem ser adotados para participar em licitações e outros tipos de vendas em programas governamentais de compra de alimentos, o relacionamento dos assentados e o valor simbólico dos produtos nos canais locais de comercialização, entre outros.

A hipótese do trabalho é a de que há uma gama de mecanismos institucionais desenvolvidos a partir das redes agroindustriais familiares, em torno da temática da segurança alimentar, que pode promover maior inserção social por meio do desenvolvimento de redes de cooperação em cada município, região e, também, assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que existem entraves institucionais e organizacionais que podem ser descobertos e resolvidos para que as iniciativas melhorem a qualidade do resultado. Assim, para que os avanços ambientais, sociais e econômicos proporcionados pelas agroindústrias familiares prossigam torna-se fundamental desenvolver e cristalizar (*embeddedness*) metodologias de investigação desses entraves existentes nas diversas redes em operação nos municípios. Isto é, com o passar dos anos e a consolidação de uma primeira fase de implantação de um conjunto de políticas de segurança alimentar em muitas e variadas localidades do Brasil, novas possibilidades de avanços têm se apresentado com avaliações mais precisas dos sucessos, retrocessos e dificuldades encontradas pelos diversos atores participantes (públicos e privados) das redes de cooperação para a segurança alimentar.

Desenvolvimento Histórico das Políticas de Segurança Alimentar no Brasil: um Olhar Institucional

No final do Século XX a abertura comercial, a fragmentação do Estado, a complexidade da sociedade civil e o predomínio de políticas econômicas voltadas para a estabilização monetária aumentaram as desigualdades sociais e alargaram a distância entre as pessoas nutridas e desnutridas no mundo. Uma sinalização forte

desse distanciamento é o crescimento da sofisticação dos hábitos alimentares dos nutridos (garantida pela maior oferta e qualidade dos produtos das grandes cadeias agroindustriais) e, ao mesmo tempo, a precariedade ou a falta de alimentação para centenas de milhões de pessoas.

Durante a década de 90 do século XX as políticas públicas de intervenção e distribuição que visavam o alcance da segurança alimentar no Brasil - a partir de coordenações centralizadas e de decisões de cima para baixo - começaram a encontrar sinais de esgotamento por causa da enorme dificuldade de atender, de modo intensivo e constante, à população necessitada em lugares cada vez mais complexos (áreas urbanas degradadas e semi-abandonadas, outras com difícil acesso, zonas rurais distantes e de logística complexa, regiões produtivas com alto grau de exclusão etc.).

Na década atual, o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do século XXI tornaram-se marcantes porque o conceito mais amplo de segurança alimentar finalmente começou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome da população miserável e ao aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização no país (incluindo pessoas produtivas, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc.). Desde 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação (uma arena de representação dos governos dos países vinculados à ONU) finalmente conseguiu produzir, em consenso, um conceito de segurança alimentar amplo para subsidiar políticas públicas aplicáveis nos mais diversos países (dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos), alguns programas começaram a ser executados no Brasil. De lá para cá, os esforços de vários governos no Brasil (locais, estaduais e federais) produziram a efetivação de várias políticas de segurança alimentar (PAULILLO, PESSANHA, 2002).

O problema da segurança alimentar começou a ser visto não apenas como a falta de oferta de alimentos à população. Em muitos períodos da história foi observada uma presença de grandes estoques de alimentos, tanto em nível internacional quanto em nível nacional, fazendo com que o foco das discussões convergisse para a garantia da capacidade de acesso da população aos alimentos, especialmente nos países de Terceiro Mundo (PAULILLO, PESSANHA, 2002).

Assim, políticas "alternativas" de segurança alimentar (com considerável ênfase na dimensão municipal) começaram a surgir lentamente no país, principalmente em regiões subdesenvolvidas. Deste modo, é possível detectar a operação de redes de inclusão social nos territórios pelos quais as grandes redes agroindustriais passam.

A construção social de baixo para cima com o foco na inclusão social é o processo mais importante e inovador de tais redes organizadas localmente. Esses

aspectos assumem especial importância quando se pretende focar lugares (municípios ou regiões) que possam alcançar a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, se adaptar ao intenso processo competitivo dos fluxos agroindustriais globalizados sem abandonar o foco da equidade social. A inclusão social pode atingir esses ambientes de produção agrícola e alimentar e se tornar um dos eixos fundamentais de um programa de segurança alimentar, pois é nos municípios agrícolas e agroindustriais que existe a possibilidade do envolvimento de pequenos agricultores em situações de marginalização dos mercados tradicionais e de trabalhadores em situações de precarização profissional e social. Assim, a prioridade da segurança alimentar não recai apenas na demanda (como a alimentação adequada para a criança, o idoso, os doentes etc.), devendo alcançar também a oferta (as novas possibilidades de venda dos alimentos de pequenos agricultores e fabricantes de alimentos do município ou região). Desta forma, um programa de segurança alimentar pode potencializar o desenvolvimento local com inclusão social.

Uma rede de segurança alimentar formada localmente pode articular em torno de si um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras municipais, universidades, centros de pesquisa etc. São as redes políticas locais que podem conceber soluções de segurança alimentar de modo singular e específico em cada região.

De modo geral, as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos. As políticas federais de apoio à produção, à comercialização, às normas e aos padrões de sanidade estão dispersas entre várias estruturas administrativas, sem que haja uma nucleação que proporcione sinergia entre estas etapas. As políticas que atuam em nível nacional têm baixo grau de articulação institucional. Por outro lado, os programas locais de segurança alimentar não recebem estímulos ou incentivos, seja de natureza fiscal, creditícia ou organizacional (CUNHA et al., 2000).

A falta de nucleação destas políticas impede que programas de segurança alimentar sejam bem difundidos no país. Diversas localidades podem não implantar algum programa por não terem acesso a sua metodologia e não possuírem recursos humanos para desenvolver metodologias próprias. É possível encontrar casos no Brasil em que diversos projetos similares de segurança alimentar se desenvolvem de forma independente, sem que haja intercâmbio técnico entre eles, fazendo com que a fase de maturação dos projetos se adie por mais tempo. Outro problema causado pela falta de nucleação confere aos programas locais uma espécie de "patente política". Muitos programas implantados em um município não são difundidos para outras localidades por causa do partido político do prefeito que criou, mesmo sendo

eficientes social e administrativamente. Em muitos casos, bons projetos não sobrevivem a mudanças partidárias de governo, morrendo com o fim do mandato de um prefeito (CUNHA et al., 2000). Em outras situações, os programas estão em operação, porém não há qualquer preocupação da prefeitura e dos próprios coordenadores dessas ações em lançar diagnósticos sobre suas eficácias e aplicabilidade.

Diante desses movimentos que buscam bem sucedidas implantações de políticas de segurança alimentar nas mais diversas localidades do país faz-se necessário compreender também as estruturas das redes de relações constituídas (que são redes de recursos de poder), bem como o entendimento das relações entre os atores que sustentam e operam esses programas. Esse entendimento pode ser observado a partir da identificação dos níveis de centralidade, freqüência, velocidade e formalidade das relações em rede e também pelas identificações dos graus de reputação, legitimidade, informação e de habilidades de obtenção de recursos de poder (financeiros, tecnológicos, organizacionais, jurídicos e políticos) de cada ator envolvido.

Sabe-se que desde a cúpula mundial de alimentação da FAO/ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) em Roma (1997), as políticas de segurança alimentar devem estar ligadas a valores fundamentais da população, como saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade. Todos esses valores podem ser socialmente construídos e compartilhados em redes de políticas de segurança alimentar, focadas na funcionalidade de mecanismos de governanças participativos localmente e na adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida. Estes valores é que sustentam o conceito mais amplo de segurança alimentar.

Uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação e temáticas de intervenções: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. A primeira dimensão se refere à produção de alimentos nas áreas rurais e urbanas, como assentamentos rurais, pequenas propriedades nas quais prevaleçam a agricultura familiar e hortas urbanas (comunitárias e escolares). Nesse aspecto há necessidade de intervenções que visem o desenvolvimento da capacitação do associativismo da agricultura familiar e das comunidades urbanas do município ou região, cursos de qualificação para produtores e trabalhadores rurais e a agregação de valor através da agroindustrialização da produção familiar. A segunda dimensão abrange programas de distribuição suplementar ou emergencial de alimentos a grupos específicos, como nas áreas de alimentação escolar, hospitais, instituições de caridades, penitenciárias etc. A terceira dimensão está relacionada ao acesso de alimentos, incluindo ações no campo de abastecimento e comercialização e a quarta

dimensão, do consumo, engloba a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável e a organização e treinamento dos consumidores e outros atores produtivos e públicos envolvidos na política.

Pensando assim, as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e o consumo de alimentos e devem estar ligados a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos e sustentados em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

As ações do tipo *food security* e *food safety* estão contempladas em todos esses eixos agroalimentares. Assim, as atividades agroindustriais podem estar voltadas para a questão da equidade (a garantia de acesso aos alimentos em termos quantitativos e qualitativos), princípio que norteia o conceito mundial de segurança alimentar. As diversas acepções de segurança alimentar associam, em graus diversos, a qualidade substancial ou física dos produtos (composição nutricional, grau de toxidade, quantidade de calorias, propriedades gustativas etc.) e sua qualidade externa (que leva em conta os efeitos provocados pelo processo de produção agroalimentar ao meio ambiente e ao contexto social e econômico). Assim, existe um componente da demanda que abarca a qualidade externa e que se refere, portanto, à composição cultural ou simbólica da qualidade do alimento.

A realização de políticas públicas de segurança alimentar em um município, região ou projeto de assentamento pode começar a operar essa composição simbólica em nível local e regional, seja envolvendo a população carente e mal-nutrida para o recebimento e o consumo de alimentos nutritivos e saudáveis (numa ponta da rede de políticas de segurança alimentar que se forma) e a capacitação e produção da agricultura familiar, de pequenos e médios agricultores capitalistas em processo de exclusão e assentamentos rurais e também de trabalhadores rurais (em outra ponta da rede, isto é, na ponta da produção e de coleta de alimentos).

O conceito de segurança alimentar e nutricional a ser utilizado neste trabalho é aquele definido pelo Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL nº 6.047/2005) que à época tramitava no Congresso Nacional³:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

³O texto foi mantido na Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 com a inclusão da dimensão cultural na redação.

comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Material e Método

O nível epistemológico proposto para o desenvolvimento desta investigação de políticas públicas baseadas na agroindustrialização familiar é a pesquisa ação. Esta é adotada enquanto estratégia de pesquisa por considerar que as mudanças no campo social passam por mudanças no *status quo*, o qual só pode ser revelado e alterado quando os atores sociais estão implicados no processo.

Embora o trabalho de pesquisa-ação não tenha forma totalmente pré-definida, considera-se que existem, no mínimo, quatro grandes fases, que são:

- a) A fase exploratória: nas quais os pesquisadores e alguns membros da organização na situação investigada começam a detectar os problemas, os atores, as capacidades de ação e os tipos de ação possível;
- b) A fase de pesquisa aprofundada, na qual a situação é pesquisada por meio de diversos tipos de instrumentos de coleta de dados que são discutidos e progressivamente interpretados pelos grupos que participam;
- c) A fase de ação que consiste, com base nas investigações em curso, em difundir os resultados, definir objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, apresentar propostas que poderão ser negociadas entre as partes interessadas;
- d) A fase de avaliação tem por objetivos observar, redirecionar o que realmente acontece e resgatar o conhecimento produzido no decorrer do processo (THIOLLENT, 1997).

A fase da pesquisa exploratória se ocupa da montagem dos questionários e da aplicação dos mesmos que serão pautados pelos principais indicadores de eficácia e aplicabilidade do programa examinado nos assentamentos delimitados.

Na fase de pesquisa aprofundada, investigam-se e analisam-se os entraves institucionais e organizacionais nas redes formadas, seja enfatizando as características dos membros - informação, reputação, legitimidade e recursos de poder conquistados pelos atores principais (recursos financeiros, organizacionais, tecnológicos, jurídicos e políticos) - seja com as características das relações em rede (centralidade, frequência, velocidade, formalidade, regras).

A fase de ação deriva da realização de um *workshop* em cada microrregião em que os assentamentos selecionados na pesquisa estão inseridos, enquanto instâncias de argumentação e deliberação em torno das hipóteses formuladas ao longo da

condução do estudo. Nessa fase, são propostas as ações na esfera política para aperfeiçoamento das redes agroindustriais a partir dos entraves encontrados e da redefinição e, se necessário, dos indicadores de análises de eficácias.

Finalmente, na fase de avaliação procura-se redirecionar os conhecimentos para avançar em caminhos metodológicos que levem as políticas a estágios de enraizamento social, mantendo-se e aperfeiçoando-se ao longo do tempo e dos governos.

Caminhos de Pesquisas para Investigação das Redes Agroindustriais

1. Realizar procedimentos de avaliação qualitativos e quantitativos para investigar os níveis de segurança alimentar das famílias residentes nas áreas urbanas e rurais nos entornos dos assentamentos selecionados, para posteriormente, acompanhar a evolução desses resultados, a partir da implementação dos programas de segurança alimentar em cada local. Parte-se da validação da metodologia e de instrumento de coleta de informações da "Rede Alimenta" da Universidade Estadual de Campinas, através da qual é possível classificar as populações em quatro níveis definidos pela Escala Brasileira de (In) Segurança Alimentar (EBIA): 1. segurança alimentar; 2. insegurança leve; 3. insegurança moderada e 4. insegurança severa. Além dessa classificação, esse método possibilita o cruzamento com as variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo, local de moradia, redes de proteção social e trabalho e renda, abrindo brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho;

2. Diagnóstico inicial das iniciativas agroindustriais;

3. Desenho inicial das redes agroindustriais formadas (produtores, mercados, associações, produtos, poder local, entre outros);

4. Entender o processo de inclusão e exclusão desses produtores nos políticas, a fim de sugerir caminhos que possam funcionar com maior eficácia para esses atores produtivos;

5. Identificar a tipologia das redes e o nível de coesão social das redes formadas;

6. Construir indicadores de avaliação de eficácia e aplicabilidade das agroindústrias rurais familiares;

7. Avaliar as agroindústrias rurais das regiões selecionadas com base nos indicadores escolhidos, mostrando a eficácia e os entraves dessas iniciativas;

8. Mostrar as práticas de gestão e as diferenças de governanças utilizadas pelo programa das agroindústrias rurais nos assentamentos selecionados e os entraves organizacionais existentes, com o objetivo de propor ações de aprimoramento;

9. Analisar se os projetos de agroindustrialização priorizam as práticas agro-ecológicas e implementam mecanismos de gestão ambiental para as produções primárias e secundárias, viabilizando a inserção dos agricultores familiares na dimensão ambiental; e,

10. Discutir as conseqüências de implementação das agroindústrias rurais para os modos de vida das populações investigadas.

Marco Teórico-Metodológico do Trabalho: o Novo Institucionalismo Histórico e as Redes de Recursos de Poder com Corte Analítico em Políticas Públicas

Do ponto de vista teórico, este trabalho considera a integração entre os métodos do novo institucionalismo e da nova localização. Tal racionalidade justifica-se a partir dos objetivos propostos na pesquisa, conjugando conhecimento acerca da cultura local, da história da cidade, dos vínculos tradicionais no meio rural etc., e sobre a ação de mudanças nas redes de inclusão social formadas com políticas públicas para a redução da insegurança alimentar nos municípios, regiões e dos projetos de assentamentos ali instalados. Assim, este trabalho de pesquisa consorcia análise e síntese, pesquisa e ação.

O método de trabalho assenta-se na junção da abordagem do novo institucionalismo, com seus instrumentos analíticos, que permitem o desenho de políticas públicas - como o enfoque das coalizões estratégicas dos campos organizacionais, dos mecanismos de governança em redes de poder etc. - e da abordagem proporcionada pela nova localização, já que ambas consideram a articulação e a representação dos diferentes atores sociais envolvidos em determinado entorno (setor, redes, cidades, assentamentos, regiões, bacias hidrográficas etc.). A junção dessas abordagens pode gerar, através da utilização da metodologia da pesquisa, elementos importantes para que as políticas a serem desenhadas cheguem ao nível da ação, predição e efetivação concreta e não fiquem apenas em nível de diagnóstico das condições e sociais, ou nas propostas genéricas de novas formas de coordenação dos programas de segurança alimentar.

Na década atual o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Isso ocorre em um contexto amplo de mudanças no capitalismo, a formação de um novo contexto econômico e social e de redefinição do papel do Estado. Assim, nos contextos de constituições de territórios de segurança alimentar estão se constituindo novas relações entre os agentes econômicos, entre o público e o privado. Formas organizacionais em rede surgem mais flexíveis com e maior capacidade de adaptação às políticas públicas (entre elas as de segurança alimentar).

As mudanças ocorridas no Estado têm limitado sua capacidade de definir e implementar as políticas públicas. Na dimensão da segurança alimentar no país isso também acontece. A multiplicação dos atores implicados nas políticas coloca o desafio de estudar as organizações e de interpretar a ação política em termos de ação coletiva. As redes de política pública que se formam condicionam um processo de análise da ação pública e também das interações entre os diferentes componentes do Estado e os grupos de interesses privados. Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia (ROMANO, 1999, p.214).

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Estas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, as transparências em resultados da gestão pública etc. Assim, o estudo e o acompanhamento da ação pública a partir da abordagem de redes significa: 1) dispor no mesmo plano de análise os atores estatais e não estatais, sendo o poder público avaliado da mesma forma que os atores externos - como atores concretos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo - estaduais e municipais etc.) – e que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória etc.) ou por seus objetivos, com estratégias e que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o modo da implementação da política pública (as tomadas de decisões e reformulação dos problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público ou setor de ação pública (exemplo: política industrial, política agrícola, política educacional), pois dentro de cada um desses setores podem operar mais de uma rede.

Nessa abordagem, as instituições são colocadas no centro da própria sociabilidade humana, permitindo encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. A organização institucional é vista como um sistema político e econômico que estrutura o comportamento coletivo e gera resultados distintos.

De acordo com Romano (1999), estudos e pesquisas que utilizam o enfoque de redes de coordenação ou de governança necessitam desenvolver metodologias específicas para estabelecer as fronteiras analíticas dessas redes, bem como identificar as variáveis relevantes e suas inter-relações.

Assim, a racionalidade dos atores será considerada, porém o modelo de avaliação das políticas trará embutido que esta razão não é suficiente para compreender por completo a ação, já que a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente. Enfim, a racionalidade é limitada pelo contexto, ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Uma análise histórica é que permitirá identificar os principais atores que influenciam ou participam do processo de elaboração e implementação das políticas em cada rede de segurança alimentar formada (com os interesses pessoais e os recursos que determinam as ações em cada etapa da investigação).

De acordo com Reed (1998, p.75):

Os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que fazem a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado.

Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e mudança na própria estrutura de governança das redes (PAULILLO, 2000).

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de status público atribuído pelo Estado, de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos (PAULILLO, 2000).

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, incentivos fiscais, subsídios, comissões sobre escalas de produção, cotas promocionais etc. (PAULILLO, 2000).

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, processos e matérias-primas específicas, entre outros (PAULILLO, 2000).

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de marketing), informações compartilhadas e propagadas, parcerias, consórcios, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca (PAULILLO, 2000).

Os recursos simbólicos são baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, sustentado pela confiança ou pela crença dos que lhes estão submetidos porque estão dispostos a atribuir créditos (PAULILLO, 2000).

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produtivos que estão no local e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida e incluyente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidade, reciprocidade, etc.) (PAULILLO, 2000).

O capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas

e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados (FUKUYAMA, 2000).

Todos os recursos de poder são buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização; cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos vai determinar sua atuação e também sua posição dentro da rede. A partir desses recursos foram construídos os indicadores de avaliação dessa iniciativa de segurança alimentar.

Considerações Finais: Proposta de Indicadores de Avaliação⁴

As principais contribuições esperadas dessa proposta estão relacionadas ao aumento da capacidade de gestão autônoma dos territórios de assentamentos, visando seu desenvolvimento, principalmente através das iniciativas das agroindústrias familiares e outras políticas públicas, pautados pelos princípios da segurança alimentar.

Especificamente espera-se que os processos produtivos das agroindústrias sejam norteados pelos princípios agroecológicos e que haja uma melhora contínua no processamento de alimentos no assentamento. Pretende-se que novos modelos de associativismo, pautados pelas políticas públicas de segurança alimentar, possam ser caminhos para a produção agrícola de assentamentos rurais que se encontram demasiadamente dependentes dos grandes complexos agroindustriais para lograr seu desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, esses resultados podem se expressar no aumento quantitativo da produção agropecuária (ou do incremento de produtos e serviços não agrícolas), mas acima de tudo, no aumento qualitativo da participação dos produtores assentados nos sistemas produtivos regionais. Alia-se a esse incremento da participação econômica, a melhoria do manejo ambiental das atividades econômicas, com o

⁴Indicadores são sinalizadores de alcance da meta desejada. podem ser traduzidos em número, percentual, descrição de processos ou fatos que indiquem a mudança qualitativa e/ou quantitativa de uma condição específica.

desenvolvimento da agricultura sustentável e de processos produtivos adequados.

Do ponto de vista político, espera-se melhorar a capacidade de organização coletiva das populações assentadas com vistas à discussão, formulação de pautas específicas e encaminhamento bem-sucedido das demandas desse segmento social. O aumento das organizações associativas e a maior participação em fóruns locais e regionais de definição de políticas públicas para o setor são produtos esperados, enfim, um maior empoderamento do segmento dos produtores rurais assentados no campo político, de forma que as suas demandas serem efetivamente pautas da agenda de desenvolvimento local/regional.

Do ponto de vista comunitário, espera-se uma melhoria da capacidade de resolução de problemas e impasses vividos pela população assentada, melhora qualitativa de suas condições de vida (cooperação, solidariedade, padrão alimentar, enriquecimento da vida cultural). Tais processos qualitativos poderão resultar em uma maior participação dos assentamentos na vida regional, completando um círculo virtuoso de desenvolvimento.

Em primeiro momento, que um modelo de avaliação proposto para os programas de agroindustrialização pode seguir um conjunto relativamente grande de indicadores comuns para todos os assentamentos brasileiros. Entretanto, importa ressaltar também que os atributos lançados para estes modelos de acompanhamento de políticas públicas locais podem considerar particularidades do local ou região (caso seja muito importante para avaliar qualquer política de segurança alimentar local) obtido por métodos fundamentalmente indutivos, sobretudo na recomposição de narrativas históricas dos lugares. Isso não exclui o esforço de desenvolvimento do método de avaliação de uma política pública de segurança alimentar, mas apenas alerta que este movimento deverá ser mais complexo do que inicialmente se imaginava para não ignorar as institucionalidades locais (crenças e outras convenções do local, dependências de rotina de gestão do poder público, limitações econômicas, geográficas e jurídicas etc.).

Respeitando-se essa metodologia e as especificidades regionais, os recursos de poder e a estrutura de governança em que os assentamentos estão inseridos foram construídos os primeiros indicadores para investigação das agroindústrias familiares ali instaladas a partir de categorias de análises. Portanto, trata-se do primeiro caminho metodológico proposto nessa política ou alternativa econômica, social e ambiental tão relevante para o meio rural, especificamente para os produtores assentados, abrindo uma ampla agenda de pesquisa.

As políticas de agroindustrialização da agricultura familiar destacada neste trabalho são aquelas desenvolvidas localmente ou regionalmente (e que podem se diferenciar em alguns aspectos de operacionalização), porém há um arcabouço institucional horizontal ou padronizado para os assentamentos seguirem e se adaptarem. É nessa horizontalidade institucional, em nível mais macro, em que o trabalho inicialmente se apóia para desenvolver um conjunto de indicadores de acompanhamento para eficácia das políticas de segurança

alimentar. Os indicadores que serão apontados também possuem certa flexibilidade para registrar as diferenças entre as localidades e, com isso, encontrar melhor precisão para avaliações das gestões das políticas e os desenvolvimentos das respectivas governanças nas redes institucionalizadas.

As etapas metodológicas para a construção e mensuração dos indicadores e qualificação e análise comparativa das políticas de agroindustrialização estão delineadas em 9 fases, e, a partir dessas foram construídos as principais variáveis de análises e seus indicadores a serem analisados no acompanhamento de políticas públicas de agroindústrias nos assentamentos rurais, como demonstra o quadro 2. Os pesos de cada variável e indicador, a validação e mensuração dos indicadores, a coleta dos dados e análise comparativa entre assentamentos rurais são caminhos subseqüentes a este trabalho e devem seguir suas propostas teóricas e metodológicas e incorporar as especificidade de cada localidade:

1. Definir as Categorias de Análises da Política:

Selecionar as variáveis-macros para análise nacional da Política. Consideraram-se como *categorias de análise* os aspectos significativos do ponto de vista dos valores, princípios e objetivos da política;

2. Construir os indicadores para cada categoria de análise (variáveis - meso):

Serão variáveis de nível meso de análises da política. Sairão do ambiente macro, mais amplo para níveis mais explicativos;

3. Delimitar as variáveis de análises para cada indicador:

Definição de quais variáveis-micros explicam os indicadores e que serão observadas na pesquisa de campo. Etapa fundamental para construção dos instrumentos para os levantamentos de campo;

4. Propor a forma de validação dos indicadores a partir da pesquisa de campo:

Etapa de confrontação dos resultados das pesquisas de campo com os indicadores propostos. Serão utilizadas ferramentas estatísticas e da pesquisa participativa com os grupos focais, a equipe de trabalho e os gestores da política, que são fundamentais para a validação e aprimoramentos dos indicadores, dos questionários, da forma de aplicação e da análise dos resultados;

5. Determinar os pesos (relevância) de cada variável de análise e dos indicadores:

Etapa participativa de construção da relevância (importância) de categorias e indicadores analíticos. Construção ao olhar dos gestores da política e da equipe executora do projeto;

6. Delimitar os níveis qualitativos de eficácias dos indicadores:

Esta etapa consiste em mensurar a eficácia do indicador da Política a partir dos resultados auferidos no campo. Consiste em classificar em níveis de eficácia (muito bom, bom, razoável, entre outros) o resultado de campo referente ao indicador analisado. Esta fase da avaliação consiste no apontamento, por parte do(s) gestor (es) e grupos focais do projeto ou programa da política pública analisada, da eficácia de cada indicador

pontuado. Essa é a fase de avaliação do(s) gestor (es) sobre a colaboração de cada indicador para a ação de política pública implementada por meio da análise do efeito que este provoca na rede.

A avaliação do gestor consiste em atribuir as seguintes notas: 1 para efeito ineficaz do indicador, 2 para efeito moderado do indicador (moderada eficácia) e 3 para um bom efeito (boa eficácia). Esses números (1, 2 ou 3) serão as notas para cada indicador avaliado e, por isso, serão seus multiplicadores. Isto é, a nota do gestor para cada efeito provocado será multiplicada pelo peso final de cada indicador e da categoria de análise;

7. Definir os parâmetros e os procedimentos de mensuração dos indicadores:

Multiplicar o peso da variável pelo do indicador pelo nível qualitativo de eficácias dos indicadores. O resultado será um percentual da multiplicação máxima possível, isto é, um nível de pontuação obtida no determinado indicador. Deverá ser somados aos demais valores ou resultados das outras multiplicações (dos demais indicadores). Assim, haverá um resultado final, consequência da somatória de pesos finais (multiplicações) para cada indicador, e que apontará o grau de eficácia;

8. Definir o processo Qualitativo de Avaliação da Política para os dados a serem coletados através da Análise Participativa: e,

O grau de eficácia será determinado pelo tamanho da participação percentual dessa somatória de pesos finais em relação ao total possível. O quadro seguinte mostra a classificação qualitativa da eficácia para programas de segurança alimentar conforme percentual da soma dos valores finais dos indicadores.

Quadro 1. Classificação qualitativa da eficácia do programa de política pública de segurança alimentar (percentual da soma de valores finais dos indicadores).

Pontuação do Indicador (%)	Classificação Qualitativa da Política ou do Programa
0% a 25%	Ineficaz
26% a 50%	Pouca eficácia
51% a 75%	Moderada eficácia
76% a 100%	Muita eficácia

Fonte: Paulillo, Almeida (2008).

9. Análise comparativa entre redes de segurança alimentar:

Delimitada através da pontuação de cada local ou rede estudada, sendo a análise alimentada pela observância das especificidades das localidades.

Quadro 2. Indicadores para avaliação das iniciativas agroindustriais em assentamentos rurais.

Categorias de Análises	Indicadores
1. Caracterização de Segurança Alimentar da família:	1.1. Nível de Segurança Alimentar da Moradia;
2. Características Sócio-Demográficas e Escolaridades da família:	2.1. Moradores no domicílio;
	2.2. Idade média dos moradores;
	2.3. Escolaridade do chefe da família;
	2.4. Criança freqüenta creche ou escola;
	2.5. Escola oferece refeição. Quantas/dia;
	2.6. Transporte Escolar é gratuito;
3. Características sócio-econômicas do Assentamento e seu entrono regional:	3.1. População urbana e rural na região do assentamento;
	3.2. Produção agrícola, área plantada e colhida e produtividade por produtos do assentamento e da região;
	3.3. Produção de origem animal do assentamento e da região;
	3.4. PIB regional e preços básicos segundo os ramos de atividades;
	3.5. Número das famílias assentadas e ano de criação;
	3.6. Perfil agrário do assentamento e região;
	3.7. Perfis das agroindústrias locais e regionais;
	3.8. Perfis dos canais de comercialização locais e regionais.
	3.9. Valoração do autoconsumo dos assentados;
4. Trabalho e Renda Familiar:	
	4.1. Ocupação do chefe da família;
	4.2. Alguma criança menor tem algum trabalho fora de casa;
	4.3. Renda Total da Família;
	4.4. Renda Média <i>per capita</i> familiar;
	4.5. Gastos mensais com alimentação;
	4.6. Comprometimento da renda familiar com alimentação;
	4.7. Renda total familiar permite se alimentar até o final do mês com;
	4.8. Importância do recebimento do leite do governo estadual para alimentação;

5. Moradia e Saúde:	5.1. Propriedade da residência;
	5.2. Número de Cômodos;
	5.3. Proveniência da água;
	5.4. Existe banheiro/privada na casa;
	5.5. Número de cômodos para dormir;
	5.6. Tipo de esgoto sanitário;
	5.7. Destino dado ao lixo domiciliar;
	5.8. Número de Refeições por dia;
	5.9. Tipo de Refeições;
	5.10. Antrometria dos filhos menores;
	5.11. Nos últimos 6 meses alguém da família foi internada com problemas crônicos;
	5.12. Problema de álcool ou cigarro na residência (menores e idosos);
	5.13. Local da moradia;
6. Redes de Proteção Social:	
	6.1. Recebem ajuda em forma de alimento de alguma instituição para sua alimentação ;
	6.2. Tipo;
	6.3. Recebeu nos últimos 6 meses alguma ajuda de dinheiro;
	6.4. Proveniência da ajuda;
	6.5. Início da ajuda;
	6.6. Alguma vez esses benefícios foram interrompidos;
	6.7. Participa de Alguma Organização Social (entidades sociais onde recebe os benefícios);
	6.8. Quais atividade são desenvolvidas nessas entidades
7. Formas de Trabalho e Produtos nas Agroindústrias Rurais:	
	7.1. Localização da agroindústria;
	7.2. Caracterização (tipos) da mão-de-obra utilizada;
	7.3. Percentual da mão-de-obra familiar no total;
	7.4. Custos com mão-de-obra;
	7.5. Terceirização e Pluriatividade;
	7.6. Principais matérias-primas agrícolas e origens;
	7.7. Produtos finais;
	7.8. Produtos intermediários;
	7.9. Características dos Processos;
	7.10. Índice de Produção Agroecológica;
	7.11. Saúde e higiene dos produtos;
	7.12. Aparência dos produtos;
	7.13. Embalagem Segura e Atraente para venda;
	7.14. Validade dos produtos;
	7.15. Características gerais do produto: aroma, cor, textura, sabor e facilidade de uso e manuseio;
	7.16. Atendimento ao consumidor pós venda e garantia de origem e inspeção dos produtos;
	7.17. Diferenciação dos produtos no mesmo escopo de produção;

8. Aspectos Tecnológicos da Produção Agroindustrial:	8.1. Nível de sofisticação e automação do processo;
	8.2. Modelo tecnológico (compatibilidade dos equipamentos com a produção prevista e a mão-de-obra disponível;
	8.3. Tecnologia de informações (conhecimento técnico, da organização da produção, da dinâmica do mercado, etc.)
	8.4. Tecnologia de gerenciamento;
	8.5. Especialização e capacitação da mão-de-obra no processo e no campo;
	8.6. Reaproveitamento de resíduos do processo industrial e no campo;
	8.7. Técnicas de controle da qualidade;
	8.8. Gestão da Qualidade Total;

9. Aspectos Econômicos e dos Canais de Comercialização:	9.1. Mensuração e detalhamento dos custos (produção, processamento, distribuição e de transação);
	9.2. Formas e condições de financiamentos;
	9.3. Escala e escopo de produção;
	9.4. Preço de venda;
	9.5. Lucratividade e agregação de valor por produto agrícola;
	9.6. Renda total;
	9.7. Salários Médios ou distribuições de lucros;
	9.8. Comparativo de renda obtida com valores em salários mínimos;
	9.9. Níveis comparativos de condições de vida em relação ao anterior;
	9.10. Tipos de canais de comercialização;
	9.11. Percentuais de cada canal de comercialização;
	9.12. Preço e lucratividade média por canal de comercialização
	9.13. Custos de transação por canal;
10. Recursos Organizacionais:	10.1. Formas de Organização para produção e comercialização;
	10.2. Formas de especialização e capacitação da mão-de-obra;
	10.3. Estrutura organizacional;
	10.4. Utilização de infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas e informações compartilhadas);
	10.5. Estratégias de produção (parcerias, terceirização, sub-contratação, marca própria, contratos, entre outros);
11. Organização Política	11.1. Formas de organização política;
	11.2. Poder das organizações políticas (representação e política);
	11.3. Relação com o poder local;
12. Recursos Jurídicos e Constitucionais:	Leis, regras, normas, sanções legitimizadas, corpo jurídico próprio ou da organização;

13. Recursos Sociais;	Referentes aos elementos de conexão das redes (centralidade, regras, etc) e as características dos membros;
14. Recursos Simbólicos	Baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem, como a imagem da marca (<i>goodwill investment</i>), a fidelidade à marca (<i>brand loyalty</i>), etc.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, L.M. **Construção de indicadores de eficácia e identificação dos entraves institucionais nas redes e programas de segurança alimentar criados em municípios paulistas**. Projeto de Pós-Doutorado FAPESP. FEAGRI-UNICAMP, 2007.

CUNHA, A.R. et al. Políticas locais de acesso alimentar: entre a regulação e as políticas compensatórias. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/UNICAMP. 2000, p. 183-208.

FUKUYAMA, F. **A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PAULILLO, L.F.; ALMEIDA, L.M.; SILVA, V. et. alli. **Eficácia e Coesão Social do Projeto "Viva Leite" do Governo do Estado de São Paulo**. Relatório de pesquisa científica, UFSCar/IEA/Codeagro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, 2008.

PAULILLO, L.F. **Complexos Agroindustriais e Redes Políticas: as transformações no território citrícola brasileiro - uma abordagem do novo institucionalismo e da nova localização**. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Unicamp/Instituto de Economia, Campinas, 2000.

PAULILLO, L.F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: PAULILLO, L.F. et. alli. **Reestruturação Agroindustrial, Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional**. São Carlos: Edufscar, 2002. p.23-48.

REED, M. Teorização Organizacional: um Campo Historicamente Contestado. In: CLEGG, S.; ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas. **Mundo Rural e Política** - Ensaios Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p.209-242.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.